



Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950)

Márcio Luiz Rodrigues¹
Rosane Márcia Neumann²

Resumo: o presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) na linha de pesquisa **Espaço, Economia e Sociedade**, com concentração em História Regional. Tem como objetivo maior pesquisar o projeto de colonização da extinta Companhia Territorial Sul Brasil, partindo da antiga Seção Anta Gorda/SC, nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Também apresenta como objetivo levantar informações sobre as práticas de comercializar terras e madeiras adotadas pela companhia dentro desse projeto no mesmo período.

Palavras-chave: Companhia Colonizadora; Terra; Floresta; Madeiras.

Abstract: this work is part of research project submitted to the Graduate Program Program in History at the University of Passo Fundo (UPF), in the search **Space, Economy and Society**, in the area of concentration Regional History. Its main objective research the colonization project of the former Territorial Company South Brazil starting from the old Section Anta Gorda/SC, in the 1930, 1940 and 1950. The objective is to also gather information on the practices of market land and woods adopted by the company in this project in the same date.

Keywords: Colonial Company; Land; Forest; Woods.

1 O oeste catarinense: a geográfica (física) em interface na constituição de uma identidade interétnica

Situada no planalto meridional Brasileiro, a região Oeste Catarinense foi, antes de tudo, uma mescla que associava, em certos momentos, o desleixo governamental político/administrativo e as contestações territoriais. Consequentemente trata-se de uma área palco de disputas territoriais relevantes como a Questão de Palmas (1892-95) e a Guerra do Contestado (1912-16). Geograficamente, a região oeste catarinense está situada no planalto meridional Brasileiro e no princípio apresentava uma formação paisagística caracterizada pela densidade da Floresta Ombrófila Mista, tendo como principal elemento o pinheiro (*Araucária Angustifolia*) e a erva-mate (*IlexParaguariensis*).

A floresta Ombrófila Mista tem como principais características o bom índice de precipitação, distribuído praticamente durante todo o ano sem apresentar longos períodos de seca, e árvores configuradas geralmente largas e sempre verdes. Tem como componente maior representativo a Araucária que se destacava pelo menos até o final do século XIX e nas

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) e bolsista do CAPES.

²Professora no Programa de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), na linha de pesquisa Espaço, Economia e Sociedade. Trabalha pesquisa em temáticas como imigração e colonização, (i) migração alemã no RS, projetos de colonização no século XX, colônias e colonizadores, história agrária.



primeiras décadas do século XX, desde a divisa dos atuais Estados de São Paulo e Minas Gerais até a parte norte do atual Estado do Rio Grande do Sul. Para Delmir Valentini (2009, p. 30 e 31), a “floresta ombrófila mista apresentava uma paisagem inconfundível pelo destaque do pinheiro [...] sobressaindo-se acima das demais espécies [...] existentes nos campos de altitude no Sul do Brasil em regiões de clima frio [...]”. Em relação à erva-mate (*Ilex Paraguariensis*), essa era amplamente encontrada não só em terras brasileiras, mas também nos países vizinhos da Argentina e do Paraguai. Para Marcos Gerhardt (2013, p. 17) era “uma das plantas que integrava a biodiversidade das florestas do Sul da América [...] em uma complexa dinâmica florestal, natural e cultural [...]”.

Especificamente na região oeste catarinense, a erva-mate foi responsável direta e indiretamente pela fixação de diferentes grupos humanos e impulsionou a economia estadual: iniciou sua produção nos anos dez do século XX com mais de cinco mil toneladas, passando para mais de dezenove mil toneladas nos anos de 1920. (FILHO, 2002). Ainda, no ponto de vista econômico, a erva-mate já era produto cobiçado e rentável desde os anos de 1850, através de incursões predatórias, tanto de interesses econômicos nacionais como internacionais.

Para Arlene Renk (2006), o interesse a nível nacional e internacional pela erva-mate deu-se, entre outros fatores, pela indefinição de limites territoriais entre a fronteira Oeste do Brasil e a divisa Leste com a Argentina. Uma área que envolvia uma população mesclada entre brasileiros e argentinos considerados, ambos, predatórios temporários sempre buscando novas manchas de ervais em atividades nômades.

Essa paisagem vai ser crucial na ocupação da região oeste catarinense, onde a utilização dos recursos naturais apresentados, bem como aqueles ligados direta e indiretamente, catalisou a formação de uma sociedade heterogênea englobando os grupos indígenas e caboclos, acrescida por descendentes de imigrantes europeus teutos e ítalo-brasileiros. No ponto de vista da ocupação territorial na região, os grupos indígenas apresentam-se como os primeiros a chegarem, ocupando-a de forma sistemática. De forma paulatina, a ocupação da região vai apresentar inserção e fixação dos caboclos, iniciando a partir deles um processo de miscigenação constante. Márcio Both da Silva (2004) afirma que etimológica e historicamente o caboclo é o resultado da miscigenação entre índios, colonizadores europeus e negros. Especificamente, o caboclo da região oeste catarinense apresenta-se como um sujeito miscigenado, caracterizado por atividades tropeiristas, corte da erva-mate e pela produção agrícola de subsistência. (POLI, 1995). Arlene Renk (2006)

discorre que os caboclos eram caçadores inatos, onde aplicavam as suas lidas agrárias ligadas ao fogo, do mesmo modo que os seus predecessores indígenas. Notório é dizer que os caboclos da região em destaque, na sua grande maioria, ficaram negligenciados ou marginalizados, posteriormente durante o processo de colonização iniciado a partir da segunda década do século XX. No entanto e de forma paradoxal, são os principais agentes topográficos no reconhecimento e fixação dos descendentes de imigrantes migrados, na maioria, do Rio Grande do Sul nesse processo de colonização.

Logo, entende-se que a participação dos caboclos no processo de colonização da região oeste catarinense não está apenas ligada na formação sócio-territorial da mesma, mas sim na formação histórico-social brasileira, uma vez que esses apresentam traços culturais que englobam as três grandes matrizes: índio, negro e europeu. De forma conclusiva, o caboclo encontrado na região em destaque, antes e durante o processo de colonização, pode ser caracterizado, ainda que de forma bem genérica, como um homem interiorano intimamente relacionado à natureza de seu habitat, de pele parda, devoto e dotado de saberes e práticas passadas de geração para geração.

Passados os conflitos em torno da configuração territorial da região oeste catarinense, Questão de Palmas 1892-95 e Guerra do Contestado 1912-16 a região vai continuar apresentando uma miscigenação contundente e agora catalisada com a inserção de colonos rio-grandenses. A vinda desses colonos foi possível através da colonização da região oeste catarinense e vai consolidar, ao mesmo tempo, a ocupação do espaço e a formação de uma identidade heterogênea

Trata-se de colonos teutos e ítalo-brasileiros, descendentes de europeus migrados, na sua grande maioria, do Rio Grande do Sul. Um contingente humano que a medida que o tempo ia passando, as trocas e experiências socioculturais transpassaram amplamente as particularidades de cada grupo, culminando assim a formação de uma identidade heterogênea. Por vezes essas trocas e experiências foram baseadas por forte estigmatização dos recém-chegados colonos sul-rio-grandenses, descendentes de imigrantes europeus, junto aos grupos indígenas e caboclos encontrados na região. É importante falar aqui que a estigmatização não é algo único e exclusivo para a região oeste catarinense. Ela, de certa forma, sempre esteve ligada à história da humanidade, aonde questões como chegar, adaptar, interagir, diferenciar, entre outras, podem ser amplamente observadas em diferentes contextos. Norbert Elias (2000) já alertava que a estigmatização não é algo fácil de entender, uma vez que essa pode



apresentar-se em diferentes formas envolvendo dois ou mais grupos distintos ou também pode ocorrer de forma interna dentro de um grupo específico.

Por colono entende-se como membro de uma colônia: pequeno proprietário agrícola que recebe, arrenda ou adquire pequenos lotes para desenvolver diferentes tipos de produção agrícola. Contudo, este está diferenciado de colonizador, embora haja nítida confusão sobre os dois. Márcia Motta (2005) esclarece que colono seria aquele ligado diretamente com a terra e suas lidas, ao passo que colonizador seria o proprietário de grandes extensões de terras, responsável por lotear e comercializar as mesmas. No caso da região em destaque, colonizador seria o próprio poder público estadual catarinense e companhias colonizadoras seriam as responsáveis por comercializar e promover a colonização das terras.

Sobre colonização pode-se entender como uma categoria histórica ligada a diferentes sociedades em diferentes momentos ao longo dos tempos: “é um fenômeno de expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões [...] intimamente associado a *cultivar* e *ocupar* uma área nova [...]”. (SILVA; SILVA, 2009, p. 67). Esse fenômeno no Brasil, a partir de 1825, catalisado pela “Lei de Terras” de 1850, desencadeou, entre outros fatores, o fim do tráfico negreiro, a abolição da escravatura (1888) e, ao mesmo tempo, um regime de ocupação orientada, sobretudo, por imigrantes europeus oriundos, na sua grande maioria, da Alemanha e da Itália.

A chegada de imigrantes dessas duas nacionalidades no Brasil não foi por acaso. Fora o processo de unificação nacional de ambas, ocorrido na década de 1870, a região Sul da Alemanha e a parte Norte da Itália apresentam um processo de industrialização intensivo no final do século XIX. Isso “gerou uma inquietude política e social, o que predisps as pessoas a buscarem outras alternativas”. (RADIN, 2012, p. 78). Assim, a passagem de uma sociedade de cunho rural para uma com características urbanas proporcionou um fato que amplamente transformou a história não só daquelas nações, como esteve ligada diretamente com a história brasileira no século XIX e nas primeiras décadas do XX.

No entanto, para aqueles que deixaram a pátria e aventuraram-se em novas e desconhecidas terras, apresentava-se a possibilidade de tornarem-se proprietários, porém, não menos difícil. Muitos dos imigrantes vindos apresentavam uma história de centenas de anos submetidos aos senhores da terra com pouca ou nenhuma possibilidade de mobilidade social. Assim, sair da condição servil e ter sua própria terra realmente era um atrativo único e representava uma autonomia ímpar. No entanto, tomada a decisão de deixar a pátria e materializar o “sonho da América”, havia a necessidade de adaptarem-se às necessidades

impostas por uma topografia caracterizada por uma natureza densa, chegando ao uso de novos meios de produção agrícola. Verifica-se assim que a colonização da região Sul do Brasil, através de uma imigração européia direcionada, foi um processo ligado a questões como a formação sócio-territorial e a procura de novas terras para ocupar.

Logo, entende-se que a ocupação do Oeste de Santa Catarina apresentou-se de forma paulatina, aonde a migração de colonos descendentes de europeus, teutos e ítalo-brasileiros vindos na sua grande maioria do Rio Grande do Sul, proporcionou a formação de uma sociedade heterogênea. No que se refere aos teutos e ítalo-brasileiros, predominantes na colonização da região oeste catarinense, oriundos na sua maioria do Rio Grande do Sul, Alceu Antônio Werlang (2006) relata que esses faziam parte de uma população estabelecida em pequenos lotes, principalmente na região Sul do país, ocupando áreas que num primeiro momento não interessavam ao latifúndio pecuário.

Contudo, a migração teuto e ítalo-brasileira para a região em destaque proporcionou, inevitavelmente, um “[...] processo de reconstrução do espaço [...] a partir da migração, [...] em especial aos descendentes de italianos, alemães e poloneses, [...] que se autoatribuíam de bons trabalhadores, [...] ordeiros, ideais para colonização”. (RADIM, 2009, p. 24). O fato é que as autoridades catarinenses viam com bons olhos a introdução dessa mão-de-obra migrada, uma vez que vinha ao encontro de um projeto de integração progressista regional, onde a utilização dessa mão de obra, caracterizada por uma descendência européia, responsável pela formação de trabalhadores ordeiros, vinha contrapor aos grupos étnicos anteriores, os indígenas e caboclos, considerados responsáveis pelo atraso social e econômico de uma região considerada como um “espaço vazio”. No artigo *Colonos na Fronteira Sul*, José Carlos Radin (2012) revela que a introdução desses descendentes de europeus, estava destinada a ocupar um espaço até então entendido como um imenso “sertão” a ser conquistado. Buscando discursos pontuais ocorridos na Assembleia Estadual Catarinense, o autor deixa claro que as autoridades locais, enalteciam a migração dessa mão de obra no processo de colonização da região oeste catarinense. Nos discursos, a solução era a racionalização do espaço com uma produção agrícola diversificada, condizente para o período, aproveitando assim o máximo de recursos naturais: “Só pelo povoamento rápido pode o Brasil conquistar o lugar a quem tem direito no concerto das grandes Nações. [...] Aqui mesmo temos a prova das vantagens da introdução de braços para a exploração das riquezas das nossas terras. [...] A policultura é nossa riqueza. [...]”. (Governo de SC, 1911 apud RADIM, 2012, p. 81).

De maneira geral, a colonização da região oeste catarinense esteve ligada à atuação das companhias colonizadoras e a intencionalidade do governo local em trazer uma mão-de-obra direcionada. Apresentava-se também pela venda das terras e, conseqüentemente, pela captação dos recursos naturais, onde os grupos humanos envolvidos iriam contribuir de forma sistemática para a (re) construção do espaço e para a formação de uma identidade multiétnica.

2 Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina

A colonização da região oeste catarinense esteve ligada à atuação das companhias colonizadoras e caracterizou-se, basicamente, pela venda de terras a colonos rio-grandenses e pela exploração dos recursos naturais locais.

Entende-se aqui que colonização é uma categoria histórica ligada a diferentes sociedades, em diferentes momentos ao longo do tempo, onde a expansão humana esteve atrelada a ocupação e a práticas de cultivar novas regiões. (SILVA; SILVA, 2009). Esse fenômeno no Brasil, a partir de 1825, desencadeou além do fim do tráfico negreiro em 1850 e, conseqüentemente a abolição da escravatura em 1888, num novo regime de ocupação de terras através da chegada de imigrantes europeus (MOTTA, 2005 apud SANTOS, 1995). De certo, a colonização ocorrida na região oeste catarinense apresentou algumas semelhanças daquela ocorrida anteriormente no estado rio-grandense, porém, com particularidades bem distintas. Desencadeada a partir do término da Guerra do Contestado (1912-16), a colonização no Oeste de Santa Catarina foi sistematizada por companhias colonizadoras vindas do Rio Grande do Sul, que além de fazer a comercialização das terras para colonos daquele Estado, visavam também a comercialização dos recursos naturais locais.

Segundo Márcia Motta (2005), essa era a razão pela qual as companhias colonizadoras que atuaram na região foram bem sucedidas. Além da comercialização das terras, essas companhias colonizadoras deram continuidade no ramo madeireiro, ramo que também ocorrera anteriormente no processo de colonização do Rio Grande do Sul. As atividades em torno da madeira englobavam, entre outras funções, a contratação de imigrantes da Europa. Esses imigrantes, na sua grande maioria pessoas com nível de instrução profissional alto, com formação em engenharia, além de cuidar das questões comerciais em torno da terra estavam responsabilizados pela comercialização das madeiras e todos os trâmites ligados a esse comércio, como o transporte pelos principais rios da região. Em suma, eram responsáveis pelo gerenciamento das ações administrativas das companhias.

De certa forma a continuidade no ramo madeireiro pelas companhias colonizadoras no oeste catarinense esteve diretamente ligada às concessões de terras cedidas pelo governo catarinense. Do ponto de vista efetivo, segundo o próprio governo local, essas companhias colonizadoras ao adquirirem grandes extensões de terras, algumas oriundas pelas concessões de terras, foram fundamentais, pois tinham o compromisso de colonizá-las de forma especulativa. (NEUMANN, 2013). Especificamente essas companhias colonizadoras vinham atender as necessidades do governo local em definir territorialmente a região, “[...] impedindo assim que fosse alvo de reivindicações territoriais, [...] ou de lutas pela posse da terra, como no caso do Contestado”. (VICENZI, 2008, p. 57).

Efetivamente, a colonização no oeste catarinense através das companhias colonizadoras, tinha o respaldo do governo do Estado Catarinense que almejava uma “ocupação territorial, combinado com a ideia de desenvolvimento de uma atividade econômica”. (MOTTA, 2005 apud SANTOS, 1995, p. 100 e 1001). Essas companhias eram formadas, na sua grande maioria, por comerciantes e especuladores que se uniam para adquirir grandes áreas de terras. A partir daí, entra em “cena [...] os empresários da colonização [...] que loteavam e comercializavam suas áreas individualmente, [...] abrindo estradas em seu interior ou apenas aproveitando as estruturas já existentes, [...] o que exigia um grande montante de capital para a montagem e administração das mesmas”. (IBID, p. 111).

2.1 As concessões de terras: práticas para uma legitimação colonial

As concessões de terras, sistematizadas pelo governo catarinense para as companhias colonizadoras rio-grandenses, além de contribuir efetivamente na colonização da região oeste, visavam à introdução de colonos daquele Estado como forma de integrar economicamente a região Oeste de Santa Catarina. Os colonos rio-grandenses eram considerados “ideais”, uma vez que já apresentavam grande experiência com as lidas na terra e o público-alvo eram os teuto e ítalo-brasileiros, os quais já haviam demonstrado grande capacidade de colonizar.

O recrutamento desses colonos era uma das normas anexadas às concessões de terras fornecidas pelo governo catarinense. Além dessa, as concessões apresentavam todo um conjunto de normas bem definido o qual as companhias colonizadoras deveriam acatar de forma veemente. Essa constatação é exemplificada pelas normas encontradas no Regulamento n. 129/1900, nos Artigos 42º e 47º, retirados do título de Concessão de Terras expedido pelo

Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina, a antiga Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA no ano de 1923. No Artigo 42º as condições gerais em que as terras eram vendidas, legitimadas ou revalidadas aos seus interessados, iam desde a abertura de estradas de rodagem gerais e vicinais, até a cedência de áreas de terra o governo onde fossem encontradas minas. Já no Artigo 47º, determinava que as terras adquiridas devam ser cultivadas ou aproveitadas dentro de dois anos, contados da data do título definitivo, sob pena de serem levadas a hasta publica, sem direito a reclamação.³ São determinações “que assinalam que a região passaria por profundas transformações, para que tais objetivos fossem postos em prática. As terras seriam obrigatoriamente adquiridas por compra ou concessões, excluindo-se outra forma de apropriação”. (VICENZI, 2008, p. 71). No entanto, não há como provar o cumprimento na íntegra dessas normas por parte das companhias colonizadoras. Sabe-se, entretanto, que não são raros os relatos de irregularidades e mazelas envolvendo questões ligadas a terra ainda hoje: uma vez que com posse dessas concessões, as companhias colonizadoras podiam aplicar formas bem variadas de comercialização das terras e de uso de tudo que estava ligado a elas. Sobre o número de companhias colonizadoras que atuaram no Oeste de Santa Catarina, apresenta-se a tabela I com o nome sede e a área de atuação das principais:

Quadro – Colonizadoras no oeste catarinense: sede e respectivas áreas de atuação.

COLONIZADORA	SEDE	ÁREA DE ATUAÇÃO
Brazil Development and Colonization Company	Portland (EUA)	Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó
Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Chapecó- sede e outras áreas
Companhia Territorial Sul Brasil	Rio Grande do Sul	Chapecó (Extremo Oeste)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (H. Hacker e Cia)	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/ Joaçaba
Empresa Chapecó – Peperi Ltda.	Rio Grande do Sul	Chapecó – Mondai
Volkverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Chapecó – Colônia Porto Novo/ Itapiranga
Barth, Beneti & Cia. Ltda. (Barth, Annoni & Cia Ltda.)	Rio Grande do Sul	Chapecó e região de São Miguel do Oeste
Angelodi Cali, Irmãos e Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Nardi, Bizzo, Simon & Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba

³ Estado de Santa Catarina – Título de Concessão de Terras. Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA		
LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC		
Irmãos Lunardi	Rio Grande do Sul	Chapecó
Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle	São Paulo	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	Chapecó – (Itaberaba e Itacorubá)

Tabela I elaborada pelo autor. Fonte: NODARI, 2009, p. 37.

No quadro, são treze companhias colonizadoras que contribuíram diretamente para o processo de colonização da região e, ao mesmo tempo, pelo recrutamento de colonos rio-grandenses. Outro detalhe ainda relacionado à tabela é a área de atuação dessas companhias: das treze companhias colonizadoras apresentadas, nove tem como área de atuação o município de Chapecó. Essa constatação seria decorrente, entre outros fatores, pela vasta área territorial apresentada pelo município criado em 25 de agosto de 1917 pela Lei Estadual Catarinense n. 1147. Lei que vai oficializar a criação do município de Chapecó e também dos municípios de Xanxerê, Cruzeiro, hoje Joaçaba, e, conseqüentemente, a criação da região oeste catarinense. (WERLANG, 2006).

Contudo, sabe-se que algumas dessas companhias colonizadoras depois de posse das concessões de terras apresentavam uma ou mais subsidiárias nas suas respectivas áreas de atuação, o que poderia transpassar amplamente o número de companhias apresentado na tabela acima. É o caso da Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso, que após a dissolução da antiga empresa Bertaso, Mais & CIA, surge no ano de 1923 e é a responsável por colonizar uma área de 92.438 hectares, sendo que desses 10.000 estavam localizados a margem esquerda do rio Chapecó, adquiridos por concessão no ano de 1920 pela antiga empresa. (VICENZI, 2008).

Em depoimento, Sérgio Pagliarini (2014), morador do atual município de Nova Erechim/SC, esclarece que veio morar em Santa Catarina aos três anos de idade, após seu pai comprar terras da empresa “Irmãos Pandolfo”,⁴ empresa que comercializou terras situadas na mesma área onde localizava-se os 10.000 hectares concedidos a antiga empresa Bertaso, Mais & CIA, sucedida posteriormente pela Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso. (VICENZI, 2008). Assim, pelos indícios apura-se que os nomes levantados por Eunice Nodari (2009) podem ser amplamente ampliados, como mostra o mapa abaixo:

⁴PAGLIARINI, Sérgio. Entrevista concedida a Carmem Tereza Salvini, Elza Maria dos Santos e Fernanda Bem. Fonte: acervo de história oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2014.



Figura - Ocupação do médio e extremo oeste de Santa Catarina

Fonte: PIAZZA, 1994, p, 252.

Na figura verificamos vinte e dois nomes de companhias que vão atuar na região oeste catarinense. Destaque para Companhia Territorial Sul Brasil (identificada com traços vermelhos) que segundo Alceu Antônio Werlang (2006), foi à responsável por comercializar uma área de duzentos e trinta mil hectares: cerca de dois milhões e trezentos mil metros quadrados de terra, o que subentende-se que poderia utilizar-se de não uma, mas várias subsidiárias, ambas levando em conta o regime hidrográfico da área, ocasionando para a Companhia vasta credibilidade na demarcação dos lotes e pela venda das madeiras encontradas como Cedro, Pinho e Louro.

3 A Companhia Territorial Sul Brasil: ano de fundação, composição administrativa e desfecho.

A região oeste catarinense, após o termino da Guerra do Contestado (1912-16) e a oficialização de sua criação pela Lei estadual catarinense n. 1.147, apresentava-se como um



cenário propício para a atuação de diversas empresas colonizadoras. Dentre essas destaca-se a Companhia Territorial Sul Brasil. A Companhia Territorial Sul Brasil, segundo Alceu Antônio Werlang (2006), foi fundada no ano de 1925, após a extinção da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA.

À área adquirida pela companhia, no ponto de vista da legalização cartorária, esteve lavrada em certidão na comarca de Chapecó/SC, sob o Livro n. 3-A, na folha 52 e na ordem 793. Escritura lavrada em 28 de agosto de 1925, referenciando a uma “área de terras com a extensão de 231.450 hectares e 7.216 metros quadrados [...] demarcados 686 lotes coloniais e mais 5.186 metros quadrados divididos em 510 lotes urbanos e 80 chácaras [...]”.⁵ Com diversas averbações para a venda na época, a sua aquisição esteve submetida à moeda brasileira decorrente da época, o “Réis”. Segundo o próprio documento, o valor da área adquirida ficou em Cr\$ 2.777:408\$659.

Em seu estatuto, aprovado em Assembleia Geral no dia 23 de maio de 1925, o capítulo primeiro “Denominação, duração, sede e fins da Companhia”, no seu Art. 4º, a Companhia Territorial Sul Brasil tem “[...] sede e foro [...] para todos os efeitos jurídicos, a cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul [...]”.⁶

Outro importante documento apresentado pela companhia é a Ata de sua constituição, aprovada em Assembleia Geral no ano de 1925. Nela, são quatorze acionistas, que vão representar “novecentos e noventa e oito contos de reis (998:000,000) do capital social, num total de um mil e trezentos contos de reis (1:300,000), correspondendo a seis mil e quinhentas ações (6.500) de valor nominal de duzentos mil reis (200\$000) cada uma [...]”.⁷ A companhia Territorial Sul Brasil apresentava-se como um projeto de cunho particular/empresarial. Segundo Neumann (2013, p. 05) as empresas colonizadoras caracterizadas por esses projetos adquiriam “[...] grandes extensões de terras públicas e privadas com o compromisso de colonizá-las e, em alguns casos, para especulação”.

No entanto, o projeto da companhia não resumia-se apenas em comercializar terras. Objetivava também comercializar, paralelamente, os recursos naturais ligados a ela. No Art. 3º do capítulo um do Estatuto da companhia “Denominação, duração, sede e fins da Companhia”, verifica-se que a finalidade da companhia era comprar e vender terras e

⁵Certidão de Transcrição de Imóveis da Comarca de Chapecó. Fonte: Acervo Documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

⁶Estatutos da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC Idem.

⁷Ata da Assembléia Geral da Constituição Definitiva da Sociedade Anônima Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.



madeiras para lavouras. Além de promover, contratar ou executar, por si ou por outrem, todo e qualquer empreendimento, serviço ou trabalho que direta e indiretamente interessasse à colonização. Geograficamente, as terras que a companhia adquiriu localizavam-se no oeste do município de Chapecó/SC, tendo como limites ao sul o Rio Uruguai, o rio Burro Branco a leste e o rio das Antas a oeste. Estava configurada em uma área aproximada de 225. 450 hectares, toda coberta por grande variedade de madeiras, erva-mate, vasto volume de águas fluviais e com número considerável de estradas gerais e vicinais. Para José Carlos Radin (2012, p. 84) a existência de estradas “não só facilitaria a venda dos lotes como os valorizavam, pois a existência ou não de estradas faria grande diferença no momento da negociação. Tanto que esse aspecto era bastante explorado na publicidade das diversas companhias colonizadoras [...]”.

A Companhia Territorial Sul Brasil apresentava duas sedes administrativas: uma em Porto Alegre/RS, tendo como Diretor-presidente Arthur E. Kuss e outra em Passarinhos, tendo como Diretor-gerente Carlos Culmey. Natural da Alemanha, Arthur Eduardo Kuss, era o maior acionista da companhia, detinha cerca de 1.250 ações, no valor de duzentos mil reis cada, tornando-se assim diretor-presidente da companhia. Segundo Strohaecker (1996), Arthur Eduardo Kuss também era sócio da Empresa Schiling Kuss & CIA LTDA, formada em 1926 e com grande atuação no mercado imobiliário rio-grandense, nos anos de 1930 a 1950. (STROHAECKER, 1996).

Em relação ao Diretor-gerente Carlos Culmey, Alceu Antônio Werlang (2006) relata que ele nasceu no ano de 1879 na Alemanha e com vinte anos formou-se em Engenharia Civil. Dois anos após a sua formatura veio para o Brasil e a partir de 1901 coordenou a colonização do atual município de Cerro Largo, no Rio Grande do Sul. Em seguida, na segunda década do século XX foi para a província de Misiones na Argentina e organizou a colonização alemã de San Alberto, Puerto Rico, Caipiovy e Monte Carlo. Voltou ao Brasil no ano de 1926, a convite da Companhia Territorial Sul Brasil para auxiliar na colonização e administração das terras adquiridas pela mesma.

No que se refere às responsabilidades administrativas incumbidas aos seus diretores pela companhia, o capítulo quatro do Estatuto da companhia (*Da Administração*), no Artigo 16º, esclarece que ao diretor presidente cabia deliberar sobre os interesses da Companhia, especialmente em operações de crédito para a satisfação de seus negócios e compromissos, além de “[...] nomear, suspender e demitir os empregados da Companhia e marcar-lhes os seus ordenados; [...] executar e fazer executar as disposições deste Estatuto [...]”. De acordo

com o mesmo estatuto, as funções e responsabilidades do Diretor-gerente, segundo o Artigo 17º, eram [...] executar ou fazer executar todos os trabalhos de verificação de áreas, medições e subdivisão de terras, que tenham que ser efetuadas; [...] manter um cadastro, uniforme e em dia, de todas as propriedades da Companhia [...].⁸

3.1 A divisão e comercialização dos lotes pela Companhia Territorial Sul Brasil: a hidrografia como determinante

A medição dos lotes adotados realizada pela Companhia Territorial Sul Brasil estava baseada aproximadamente entre 24 a 25 hectares com uma configuração, mais ou menos, retangular. Essas considerações estavam fundamentadas, segundo Roche (1969), nas “colônias novas” situadas além da serra e em direção ao noroeste do Rio Grande do Sul. Para o autor, especificamente, a medição de 25 hectares provinha desde o início do período republicano em 1889. Em síntese, as medições dos lotes coloniais nas chamadas “colônias novas” no Rio Grande do Sul, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX apresentavam uma área “completamente desbravada pelo primeiro possuidor, ao passo que, nas antigas colônias, as reservas de floresta virgem desapareciam muito mais lentamente”. (ROCHE, 1969, p. 321).

Vale lembrar que essas questões, como a configuração dos lotes bem como o empobrecimento do solo através da retirada das florestas, não ficou ligada apenas ao processo de colonização alemã e nem mesmo atreladas ao território do Rio Grande do Sul. Na medida em que o processo de colonização ampliou-se novos imigrantes europeus foram chegando (como no caso dos italianos a partir da década de 1870) e essas questões foram tornando-se um contínuo, acabando por padronizar novas frentes de ocupação até mesmo fora do Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação à medição dos lotes adotados pela Companhia Territorial Sul Brasil, esses possuíam uma metragem contínua, diferenciando-se de alguns projetos de colonização situados no noroeste do Rio Grande do Sul, como no caso da antiga empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer (1898), que apresentava um projeto em “terras descontínuas, compradas de forma fracionada a proprietários particulares, e posteriormente dividida em lotes coloniais de 25 hectares”. (NEUMANN, 2013, p. 06).

⁸Estatutos da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.



O memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguapé, no ano de 1944, a metragem levantada nas “colônias novas” rio-grandenses (25 hectares), ficou aquém. Segundo o memorial [...] os lotes rurais têm a média de 24,2 hectares, acontecendo de muitos deles ficarem com áreas maiores ou menores, em vista da conformação topográfica do terreno em que estão situados, possuindo todos os lotes água corrente, sempre que isto foi possível. [...].⁹ Contudo, a demarcação dos lotes, levando a intencionalidade na metragem entre 24 e 25 hectares, não se dava de forma exata ou homogênea. Nas entrelinhas do mesmo documento citado a cima, verifica-se que a medição dos lotes poderia sofrer configurações bem variadas. Assim, sabe-se que não são raros os casos, ainda hoje, de reivindicações feitas por remanescentes das famílias que adquiriram os lotes da companhia, recorrendo em muitas vezes ao poder judiciário. O serviço de demarcação dos lotes estava a cargo dos agrimensores contratados pela companhia, sendo subordinados diretamente ao Diretor gerente. Originários, na sua grande maioria da Europa, eles dividiam as terras em seções com demarcações onde o relevo e os tributários dos principais rios da região davam a configuração dos lotes.

4 Considerações Finais

Abordar, minimamente, a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil e seu processo de colonização na região Oeste Catarinense, sobretudo na área que corresponde a antiga Seção Anta Gorda/SC, hoje cidade de Pinhalzinho/SC no período de 1930 a 1960, possibilita – mesmo que de forma superficial – um entendimento de como esse processo modificou a paisagem natural e, ao mesmo tempo, colaborou para a fomentação de uma identidade heterogênea. As ações adotadas pela Companhia Territorial Sul Brasil, estavam configuradas, basicamente, em dois grandes vieses: venda das terras e a usurpação dos benefícios vegetais, corte e comercialização de árvores como pinho, cedro e louro e a utilização dos benefícios hidrográficos, através dos rios da região, como forma de escoar seus produtos.

Assim, à compactação do ambiente natural da região oeste catarinense foi norteada por diferentes grupos humanos de forma dominante, provocando reduções drásticas nos recursos naturais locais. Outro detalhe referente ao trabalho apresentado é a possibilidade de proporcionar – mesmo que de forma genérica – um novo olhar nos aspectos a cerca do

⁹Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonias [sic] do Território Federal do Iguapé [sic]. Fonte: acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.



processo de colonização da região Oeste Catarinense, associando-os as suas especificidades naturais. Uma maneira de proporcionar também e, ao mesmo tempo, a desvinculação a cerca das visões reducionistas implantadas pela grande mídia atual, como é o caso da já banalizada expressão “Aquecimento Global” e o distanciamento das concepções relacionadas ao âmbito político/econômico, representadas, entre outras, nas inúmeras páginas redigidas no atual Código Florestal Brasileiro.

5 Referencias bibliográficas

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da Erva-mate**. Florianópolis, 2013, 290, f. Dissertação (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

FILHO, Alcides Goularti. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Futura, 2002.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

NEUMANN, Rosane Márcia. Migração: mobilidade social e espacial dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. In: **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional, 2013**.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3º ed. Florianópolis: LUNARDELLI, 1994.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEON: Argos**, 2006, n. 23, p. 149 a 187.

RADIN, José Carlos. Representações da colonização. Chapecó: ARGOS, 2009.

_____. Colonos na Fronteira Sul. In: **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Organizador: Paulo A. Zarth. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

RENK, Arlene. **A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

STROHAECKER, Tânia Marques. **Porto Alegre no Limiar do Século XX: modernidade e exclusão**. In: Anais do IV Seminário de História da Cidade e do urbanismo. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/PROURB, 1996.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2º ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado: 1906 – 1916**. Porto Alegre, 2009, 301 f. Dissertação (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



VICENZI, Renilda. Segurança na Fronteira: cria-se um novo território. In: **Mito e História na Colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WERLANG, Alceu. **Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

6 Fontes orais:

PAGLIARINI, Sérgio. **Entrevista concedida a Carmem Tereza Salvini, Elza Maria dos Santos e Fernanda Bem**. Fonte: acervo de história oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2014.